

Arrecadação federal cresce 11,0% no 1º semestre e atinge nível recorde

ICMS atinge quinta queda consecutiva na comparação interanual

Crise de suprimentos cede, mas ainda é o maior entrave da indústria do RS

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/indicadores-e-estudos-economicos

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Arrecadação federal cresce 11,0% no 1º semestre e atinge nível recorde

Na última quinta-feira (21/07), a Receita Federal divulgou os números da arrecadação de impostos da União, tanto na métrica mensal, como no acumulado do ano. Em ambas, os resultados foram os maiores desde o início da série histórica em 1995. No mês de julho de 2022, o total arrecadado foi de R\$ 181,0 bi, enquanto no acumulado do ano o valor foi de R\$ 1,1 tri. Esses números representaram um crescimento real (acima da inflação) de 18,1% e 11,0%, respectivamente, impulsionados, principalmente, por aqueles impostos em que sua base de incidência é a renda e o lucro.

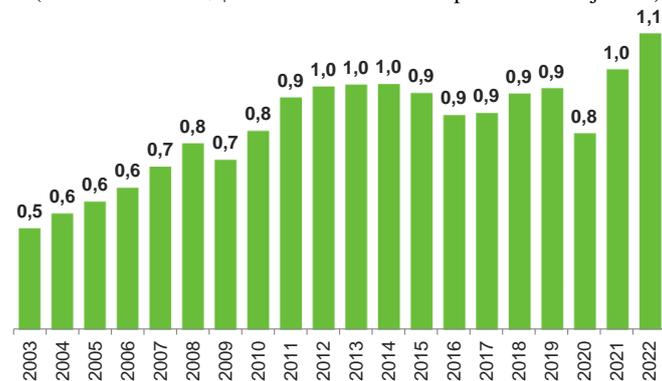
Nos primeiros seis meses do ano, o recorde na arrecadação foi puxado pelo Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e pelas Contribuições Sociais Sobre o Lucro Líquido (CSLL), que totalizaram R\$ 258,5 bi aos cofres públicos e crescimento real de 21,5% frente ao mesmo período de 2021. Esse avanço se deu, em especial, pelo ajuste anual do imposto de renda referente a 2021, o qual foi pago entre janeiro/2022, demonstrando que as empresas lograram desempenho superior ao que era esperado no ano passado.

Vale ainda destacar o crescimento do Imposto de Renda Retido na Fonte (R\$ 165,4 bi | +16,5%) e da Contribuição para a Seguridade Social (R\$ 160,1 bi | +6,3%), o primeiro impulsionado pelo chamado “come-cotas” e ajudado pelos avanços na taxa Selic, enquanto a segunda, foi estimulada pelo avanço em 23,8% da massa salarial (em termos nominais).

De modo geral, o volume recorde da arrecadação veio na esteira dos bons números do PIB, resultado da flexibilização das restrições à pandemia, expansão da renda disponível das famílias (pelo advento da promulgação do Auxílio Brasil) e os bons números do mercado de trabalho. No entanto, para os próximos anos não se espera o mesmo ímpeto da arrecadação. Na medida em que a inflação seja controlada, a arrecadação deve desacelerar. Por outro lado, as despesas apresentam certa inércia, uma vez que muitos gastos são indexados à inflação passada. Além disso, será difícil conter a expansão dos gastos com pessoal, tendo em vista a demanda por reajustes de diversas categorias, bem como reduzir os gastos sociais.

Arrecadação Federal nos primeiros 6 meses do ano

(Em trilhões de R\$ | Valores deflacionados pelo IPCA de jun/22)



Fonte: Receita Federal.

ICMS atinge quinta queda consecutiva na comparação interanual

O principal imposto dos estados, responsável por sustentar as despesas públicas, no Rio Grande do Sul atingiu R\$ 3,7 bilhões em junho/2022. Esse é o quinto mês consecutivo com quedas interanuais na arrecadação real (descontada a inflação): -5,3% em fevereiro, -2,7% em março, -7,7% em abril, -6,7% em maio e -4,3% em junho. No acumulado dos seis primeiros meses do ano, a receita pública também apresentou retração, um recuo de 4,1% se comparado ao 1º sem./2021, formando um total de R\$ 23,1 bilhões.

A primeira razão para as quedas reais na arrecadação é o regresso das alíquotas majoradas vigentes desde 2016: a modal passou de 17,5% em 2021 para 17% em 2022 e a dos *blue chips* (energia elétrica, combustíveis e comunicação) de 30% para 25%. Segundo o Relatório de Transparência Fiscal do RS, o impacto sobre os cofres públicos da redução das alíquotas entre jan-abr/2022 foi de R\$ 1,1 bilhão.

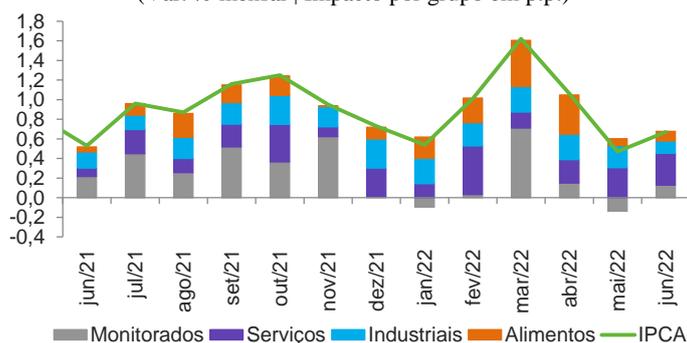
Além disso, a inflação de bens que tanto ajudou as receitas de ICMS em 2021, foi atenuada em 2022, dando lugar à inflação de serviços. O gráfico ao lado ilustra bem essa ideia: entre os grupos que compõem o IPCA, os maiores impactos mensais em 2021 vieram, principalmente, dos itens monitorados, que possuem baixa elasticidade-preço. Em 2022, no entanto, os

serviços estão se sobressaindo aos demais itens.

Por fim, vale destacar que até o mês de junho ainda não havia entrado na conta dos Estados as perdas referentes às mudanças provocadas pelo PLP 18/2022, o qual definiu, para fins de tributação, a essencialidade de combustíveis, energia elétrica, comunicação e transporte coletivo, impondo a alíquota modal para esses bens. O projeto sancionado apenas antecipa as perdas previstas para 2024 e, segundo as estimativas da SEFAZ/RS, a redução do ICMS deverá girar em torno de R\$ 1,9 bilhão nos últimos 6 meses do ano.

Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA

(Var. % mensal | Impacto por grupo em p.p.)



Fonte: Banco Central.

Crise de suprimentos cede, mas ainda é o maior entrave da indústria do RS

Os empresários gaúchos descreveram, através da Sondagem Industrial de junho e do 2º trimestre de 2022, um quadro positivo para o setor, com crescimento da produção e do emprego, mas com estoques ainda em níveis excessivos. A pesquisa mostrou ainda que o principal problema do setor, a falta ou alto custo das matérias-primas, perdeu bastante intensidade. Para os próximos seis meses, as empresas gaúchas projetam crescimento da demanda e do emprego, mostrando também maior disposição para investir.

O índice de produção atingiu 51,8 pontos em junho, ficando acima da linha divisória dos 50 pontos, o que indica aumento na produção na comparação com o mês anterior. O resultado é ainda mais positivo se considerada a sazonalidade negativa do período (média histórica do mês é de 47,1 pontos). O mesmo ocorreu com o emprego: o índice registrou 50,9 pontos em junho, apontando o 24º mês seguido de crescimento.

A utilização da capacidade instalada (UCI) aumentou de 72,0% em maio para 73,0% em junho – bem acima dos 68,2% da média histórica do mês –, mas foi considerada pelos empresários abaixo da normal para o período: o índice de UCI em relação à usual foi de 47,3 pontos, 2,7 aquém dos 50 pontos que expressam o nível usual.

O índice de estoques em relação ao planejado manteve-se acima dos 50 pontos em junho, repetindo o valor de maio: 51,7, marca que representa acúmulo de estoques indesejados. O nível de estoques supera o desejável pelas empresas desde outubro de 2021.

O bloco da Sondagem relativo ao 2º trimestre mostrou que a indústria gaúcha está satisfeita com as condições financeiras das empresas: o índice ficou em 50,1 pontos, na marca dos 50. Na passagem do 1º para o 2º trimestre, os empresários ficaram menos insatisfeitos com a margem de lucro (43,4 para 45,6 pontos), perceberam o crédito menos difícil (40,8 para 44,0) e desaceleração no aumento dos preços das matérias-primas (72,7 para 67,5), com o menor índice desde o segundo trimestre de 2020 (64,9).

De fato, o gargalos nas cadeias de suprimentos continuam a prejudicar as empresas, mas o cenário melhorou bastante. Ainda no bloco trimestral, segundo os empresários gaúchos, a falta ou o alto custo da matéria-prima continuou sendo o maior problema, com 50,7% das assinalações, mas desde que assumiu o primeiro lugar no ranking, no 3º trimestre de 2020, esse é o percentual mais baixo, 9,8 p.p. menor que o do 1º trimestre (60,5%) e 24,5 p.p. menor que o do 2º trimestre de 2021 (75,1%), quando atingiu seu ápice.

Por outro lado, se tornaram problemas mais relevantes entre o 1º e o 2º trimestre, a demanda interna insuficiente (de 25,9% das respostas para 31,8%), que assumiu como segundo maior entrave, e as taxas de juros elevadas (de 24,6% para 30,0%), que ficou em

terceiro lugar.

Por fim, a carga tributária, que antes da pandemia dominava o ranking, foi considerada apenas o quarto maior obstáculo do 2º trimestre, assinalada por 28,3% das empresas (28,6% no primeiro). A taxa de câmbio foi o quinto entrave mais votado, com 24,7% das empresas (25,0% no trimestre anterior).

Em julho, as expectativas dos empresários gaúchos continuaram positivas e similares aos níveis de junho, mostrando que o setor segue prevendo aumento da demanda (58,0 pontos), das exportações (54,3 pontos), do número de empregados (53,6 pontos) e das compras de matérias-primas (56,4 pontos) nos próximos seis meses. Os índices também variam de zero a 100 pontos, indicando crescimento quando acima de 50.

Os empresários gaúchos se mostram mais dispostos a realizar investimentos nos seis meses seguintes. Em julho, o índice de intenção de investimentos aumentou 1,1 ponto na comparação com junho, para 56,2 pontos, 5,2 superior à média histórica, o que indica uma intenção relativamente elevada. Em julho, 59,4% das indústrias gaúchas mostravam disposição de investir.

Principais problemas no trimestre

(Em % de respostas)

	TRIMESTRE	
	1º/2022	2º/2022
Falta ou alto custo da matéria-prima	60,5%	50,7%
Demanda interna insuficiente	25,9%	31,8%
Taxas de juros elevadas	24,6%	30,0%
Elevada carga tributária	28,6%	28,3%
Taxa de câmbio	25,0%	24,7%
Falta ou alto custo de trabalhador qualificado	19,6%	15,7%
Falta de capital de giro	10,5%	14,8%
Dificuldades na logística de transporte	14,6%	13,9%
Demanda externa insuficiente	7,7%	10,3%
Falta ou alto custo de energia	12,3%	9,4%
Competição desleal	9,1%	9,0%
Inadimplência dos clientes	10,0%	7,2%
Burocracia excessiva	9,6%	5,8%
Falta de financiamento de longo prazo	8,2%	5,4%
Insegurança jurídica	5,0%	3,6%
Nenhum	0,5%	3,1%
Competição com importados	4,6%	3,1%

A soma supera 100% devido à possibilidade de múltipla escolha.

Falta ou alto custo das matérias-primas no trimestre

(Em % de respostas)



Fonte: FIERGS.

DADOS E PROJEÇÕES PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

Últimas previsões atualizadas.

	2018	2019	2020	2021	2022*
Produto Interno Bruto Real (% a.a.)¹					
Agropecuária	1,3	0,4	3,8	-0,2	2,2
Indústria	0,7	-0,7	-3,4	4,5	0,4
Serviços	2,1	1,5	-4,3	4,7	2,1
Total	1,8	1,2	-3,9	4,6	1,7
Produto Interno Bruto Real (Em trilhões correntes)					
Em R\$	7,004	7,389	7,468	8,679	9,434
Em US\$ ²	1,916	1,873	1,448	1,609	1,816
Inflação (% a.a.)					
IGP-M	7,6	7,3	23,1	17,8	13,0
INPC	3,4	4,5	5,4	10,2	7,0
IPCA	3,7	4,3	4,5	10,1	6,9
Produção Física Industrial (% a.a.)					
Extrativa Mineral	0,0	-9,7	-3,4	1,1	1,2
Transformação	1,1	0,2	-4,6	4,3	1,9
Indústria Total³	1,0	-1,1	-4,5	3,9	1,5
Empregos Gerados – Mercado Formal (Mil vínculos)					
Agropecuária	2,2	13,0	36,6	140,9	25,6
Indústria	23,9	97,2	148,9	719,9	157,8
Indústria de Transformação	1,2	13,2	47,8	439,0	109,7
Construção	11,4	70,7	97,7	244,8	37,3
Extrativa e SIUP ⁴	11,2	13,3	3,5	36,2	10,8
Serviços	520,2	533,8	-377,0	1.869,8	430,4
Total	546,4	644,1	-191,5	2.730,6	613,8
Taxa de desemprego (%)					
Fim do ano	11,7	11,1	14,2	11,1	10,5
Média do ano	12,4	12,0	13,8	13,2	11,4
Setor Externo (US\$ bilhões)					
Exportações	231,9	221,1	209,2	280,4	295,9
Importações	185,3	185,9	158,8	219,4	226,4
Balança Comercial	46,6	35,2	50,4	61,0	69,5
Moeda e Juros					
Meta da taxa Selic – Fim do ano (% a.a.)	6,50	4,50	2,00	9,25	13,75
Taxa de Câmbio – Desvalorização (%) ⁵	17,1	4,0	28,9	7,4	-7,7
Taxa de Câmbio – Final do período (R\$/US\$)	3,87	4,03	5,20	5,58	5,15
Setor Público (% do PIB)					
Resultado Primário	-1,6	-0,8	-9,4	0,8	-1,0
Juros Nominais	-5,4	-5,0	-4,2	-5,2	-6,5
Resultado Nominal	-7,0	-5,8	-13,6	-4,4	-7,5
Dívida Líquida do Setor Público	52,8	54,7	62,5	57,3	62,3
Dívida Bruta do Governo Geral	75,3	74,4	88,6	80,3	83,1

Fontes: IBGE, BCB, FGV, ME, MTP, STN. * Projeções da Unidade de Estudos Econômicos – FIERGS. ¹ O PIB Total é projetado a preços de mercado; os PIBs Setoriais são projetados a valor adicionado. ² Taxa de câmbio média anual utilizada para o cálculo e IPCA utilizado como inflação. ³ Não considera a Construção Civil e o SIUP. ⁴ SIUP = Serviços Industriais de Utilidade Pública. ⁵ Variação em relação ao final do período anterior.

Informações sobre as atualizações das projeções:

- Atualizadas as projeções para o PIB (taxa de crescimento, em R\$ e em US\$), IGP-M, Selic e Câmbio.

DADOS E PROJEÇÕES PARA A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL

Últimas previsões atualizadas.

	2018	2019	2020	2021	2022*
Produto Interno Bruto Real (% a.a.)¹					
Agropecuária	-7,1	3,0	-29,5	67,5	-40,0
Indústria	2,8	0,2	-5,6	9,7	-1,4
Serviços	2,6	0,8	-4,6	4,1	0,5
Total	2,0	1,1	-6,8	10,4	-4,0
Produto Interno Bruto Real (Em bilhões correntes)					
Em R\$	457,294	482,464	480,173	582,968	599,384
Em US\$ ²	125,108	122,282	93,107	108,059	114,249
Empregos Gerados – Mercado Formal (Mil vínculos)					
Agropecuária	-1,4	-0,1	0,5	3,4	0,9
Indústria	1,5	-5,5	-0,2	47,5	9,2
Indústria de Transformação	0,9	-1,5	0,1	42,9	7,4
Construção	0,9	-4,0	-0,2	5,2	1,4
Extrativa e SIUP ³	-0,2	0,0	0,0	-0,7	0,4
Serviços	20,4	26,0	-42,9	89,4	19,0
Total	20,5	20,4	-42,5	140,3	29,2
Taxa de desemprego (%)					
Fim do ano	7,5	7,3	8,6	8,1	7,6
Média do ano	8,2	8,1	9,3	8,7	8,1
Setor Externo (US\$ bilhões)					
Exportações	21,0	17,3	14,1	21,1	22,4
Industriais	15,1	12,5	10,5	14,1	15,1
Importações	11,3	10,3	7,6	11,7	12,8
Balança Comercial	9,8	6,9	6,5	9,4	9,6
Arrecadação de ICMS (R\$ bilhões)					
	34,8	35,7	36,2	45,7	49,5
Indicadores Industriais (% a.a.)					
Faturamento real	2,7	3,0	-3,1	8,7	1,6
Compras industriais	10,0	-2,7	-5,5	31,0	4,2
Utilização da capacidade instalada (em p.p.)	1,6	0,7	-4,6	5,7	0,3
Massa salarial real	-1,3	-0,8	-9,3	4,6	0,4
Emprego	0,9	0,0	-1,9	6,7	1,4
Horas trabalhadas na produção	0,0	-1,0	-5,7	15,1	3,3
Índice de Desempenho Industrial – IDI/RS	2,6	0,1	-4,8	12,8	1,7
Produção Física Industrial⁴ (% a.a.)					
	5,9	2,5	-5,5	8,8	1,0

Fontes: DEE/Seplag-RS, IBGE, BCB, ME, MTP, SEFAZ-RS, UEE/FIERGS. * Projeções da Unidade de Estudos Econômicos – FIERGS. ¹ O PIB Total é projetado a preços de mercado; os PIBs Setoriais são projetados a valor adicionado. ² Taxa de câmbio média anual utilizada para o cálculo e IPCA utilizado como inflação. ³ SIUP = Serviços Industriais de Utilidade Pública. ⁴ Não considera a Construção Civil e o SIUP.

Informações sobre as atualizações das projeções:

Não houve alterações.